

**Parecer nº 121/98**

Data: 1998.09.23

Processo nº 444

**Requerente:** Safira Tavares Marques da Cruz

**I - O pedido**

Safira Tavares Marques da Cruz, identificada no processo, veio requerer parecer favorável para acesso ao relatório de autópsia de sua mãe, Constância Maria Marques, viúva, que faleceu no Serviço SOA do Hospital de Santa Maria em 98.05.15.

A fundamentar esse pedido alega que pretende conhecer a causa da morte de sua mãe visto que a certidão do assento de óbito não o refere e o relatório da autópsia, efectuada com a sua autorização a solicitação do médico que recebeu a mãe no Hospital, não lhe foi facultado.

**II - Os factos**

Consideram-se provados o alegado parentesco e o estado civil da falecida, através das fotocópias dos bilhetes de identidade da requerente e da falecida, que se juntaram ao processo.

Também se considera assente o facto alegado pela requerente, de que necessita de aceder ao mencionado relatório de autópsia para saber com a maior certeza a(s) causa(s) da morte de sua mãe.

**III - O Direito**

A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas desde que satisfaçam as seguintes condições:

- que demonstrem interesse directo e pessoal (nº 2 do artigo 7º);
- que a invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (nº 3 do artigo 8º);
- que indiquem um médico através do qual devem ser prestadas as informações requeridas (nº 2 do artigo 8º).

É posição assente da CADA que o interesse directo e pessoal existe sempre que os dados clínicos contidos no documento a que se pretende aceder se destinem a fazer valer direitos ou a contestar obrigações eventualmente decorrentes de factos relativos à pessoa a quem dizem respeito.

Também a estreita relação pessoal e familiar tem sido reconhecida, em anteriores pareceres, como bastante para fundamentar, por si, em determinados casos, o interesse directo e pessoal, sem que haja necessidade de invocar valores materiais ou outros benefícios que possam resultar do acesso.

Assim, entende-se atendível, para justificar o acesso ao relatório de autópsia da aludida Constância Maria Marques, o legítimo e justificado interesse do seu familiar mais próximo em conhecer, com a maior certeza possível, a causa da sua morte.

O interesse invocado permite, assim, fundamentar o reconhecimento do direito da requerente no acesso a tais dados pessoais.

#### **IV - Parecer**

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso de Safira Tavares Marques da Cruz à informação clínica acima referida respeitante a sua mãe Constância Maria Marques, já falecida, constante de documentos arquivados no

Hospital de Santa Maria e, provavelmente, no Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao Hospital de Santa Maria.

Lisboa, 23 de Setembro de 1998.

*Gameiro dos Santos* (Relator) - *Silva Marques* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).